

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL- CPIPREV AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 8 DE MAIO DE 2017**PERGUNTAS DO RELATOR SENADOR HÉLIO JOSÉ PARA A DRA. ELI IOLA GURGEL DE ANDRADE**

1. Uma das mais significativas mudanças demográficas observadas no Brasil, na segunda metade do século XX, foi a redução dos níveis de fecundidade nacional. As taxas de fecundidade total (nº de filhos nascidos vivos, por mulher em idade reprodutiva) variaram a uma velocidade sem paralelo, até mesmo em relação à experiência histórica de países desenvolvidos. Entre 1960 e 1996 a taxa de fecundidade no Brasil, passou de uma média nacional de 6,2 filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva para 2,5 filhos. A velocidade de queda da ordem de 60% em um intervalo de aproximadamente 30 anos contrasta com experiências históricas europeias, como por exemplo, a Suécia, onde uma redução similar demandou em torno de 70 anos (4,4 filhos por mulher em 1870 para 1,8 filhos em 1940).

O Brasil, em 2015, apresentou uma taxa de fecundidade nacional de 1,7 filhos por mulher, portanto, abaixo do nível clássico de reprodução da população que é de 2,1 filhos. Ou seja, a população atualmente aumenta a taxas decrescentes e os grupos etários que constituem sua estrutura populacional sofrem os efeitos das variações da fecundidade. De modo que, o grupo etário entre 0 – 14 anos, que no ano de 2000 era constituído de 52.107.064 de pessoas e representava 30% da população total, em 2020 alcançará 21%, e em 2060 representará apenas 13% da população. Uma singularidade que diferencia a evolução demográfica da população brasileira se expressa na dinâmica do grupo etário entre 15 – 64 anos de idade, também conhecido como População em Idade Ativa (PIA). Esse grupo, que no ano de 2000 representava 64% e era composto por 111.619.073 de pessoas, alcançará em 2020 69,7%, com 153.881.479 de pessoas, ou seja, quase 70% da população estarão em idade apropriada para o trabalho, e se isso de fato ocorre, ou seja, esse contingente é produtivamente absorvido na economia, a sociedade apresentará fortes condições para ampliar o financiamento da previdência social. É o que se chama na demografia de “bônus demográfico”. As altas taxas de fecundidade do passado podem manter o bônus até a década de 2060, quando as pessoas com idades entre 15 e 64 anos ainda representarão 60% da população total. Entre 2020 e 2060, os idosos passarão a representar de 9% a 27% da população total, conforme estimativas do IBGE. A expansão desse grupo, com mais de 65 anos, passa nesse período a também exibir taxas decrescentes de crescimento, justamente porque refletem as taxas declinantes de fecundidade do passado. Ao chegar à década de 2060 a demografia brasileira passará a exibir um novo cenário de estabilidade na estrutura populacional.

As propostas atuais de reforma da previdência apenas abordam a dinâmica demográfica na sua acepção restritiva do crescimento da população idosa, não



utilizando, e até mesmo omitindo-se sobre as possibilidades que a singular dinâmica demográfica propicia, isto é, mais de quatro décadas futuras de suporte etário da População em Idade Ativa para alavancar o financiamento com base na solidariedade intergeracional, entre as atuais e futuras gerações de brasileiros.

2. Em 1993, foram publicados os anais do debate sobre a Previdência Social e a Revisão Constitucional: uma série de estudos produzidos no âmbito do Convênio entre o Ministério da Previdência Social e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) do qual participaram diferentes pesquisadores, institutos, associações civis e centrais sindicais. O rico e relevante cotejo de possibilidades e perspectivas de aperfeiçoamento da previdência no interior da moldura do Sistema de Seguridade Social, fundado pela Constituição de 1988, ali desenvolvidos ainda hoje ilumina e alerta a sociedade para o risco de seu desmonte*.

Nos anos seguintes ao grande debate, as reformas da primeira metade dos anos 1990, trataram de jogar às calendas todo o conhecimento comprometido com o nascimento do estado de bem estar social no Brasil que ali reunira expoentes acadêmicos e a representações institucionais. Desde então, as reformas da previdência, relegando a moldura da Seguridade Social, seguiram apresentando-se com base em estudos parciais, abertamente vinculados à sua desconstitucionalização.

Na recente exposição de motivos da PEC-287/2017 fica evidente a improvisação de quem já aposta em virtuais maiorias legislativas desinteressadas no debate e necessária avaliação dos componentes estruturais de sustentação da previdência e da seguridade social no Brasil. O componente demográfico, por exemplo, é invocado na sua composição presumida para 2060, quando aparentemente a proporção de idosos (26%) parece ser alarmante, omitindo-se as janelas de oportunidades inerentes à singular composição demográfica brasileira, que poderiam embasar um responsável planejamento para os próximos 40 anos. O cenário para um futuro e envelhecido Brasil é temerário, sobretudo, sob a perspectiva de desmonte dos mecanismos de proteção e solidariedade do nosso incipiente estado de bem social.

ELI IOLA GURGEL ANDRADE

Economista, Doutora em Demografia, Professora Associada da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais

Tese de Doutorado: (Des)Equilíbrio da Previdência Social Brasileira 1945 -1997 (Componentes econômico, demográfico e institucional)

Tese premiada: 1º lugar – PREMIO BRASIL DE ECONOMIA, 2000; Conselho Federal de Economia.

- BRASIL. Ministério da Previdência Social. A Previdência Social e a Revisão Constitucional. Brasília:CEPAL. Escritório no Brasil, 1993. V.1:Pesquisas, 302p.

2000.

